

O parentesco conformado na experiência soropositiva: uma abordagem antropológica sobre a transmissão vertical para o HIV na perspectiva crítica dos estudos de gênero

Ricardo Andrade Coitinho Filho²²

Resumo: A temática acerca do parentesco representa um campo de discussão que remonta desde autores clássicos da antropologia, como Lévi-Strauss, a perspectivas antropológicas contemporâneas. Cruzando este debate à crítica dos estudos de gênero, novas questões foram sendo problematizadas, o que corroborou na dessencialização e desnaturalização do parentesco. Neste sentido, a discussão acerca da Transmissão Vertical para o HIV, provoca ressignificar um “parentesco impensável” – devido a contaminação das secreções e fluidos corporais ao vírus do HIV – como uma possibilidade cada vez mais efetiva no processo reprodutivo. Tal discussão acena à disputa sobre os domínios da natureza x cultura, tão cara à antropologia. Acentua também, neste processo, a forma como o corpo, a sexualidade e até mesmo os fluidos corporais tornam-se manipuláveis por intervenções de tecnologia biomédica. Em consonância as questões acima expostas, objetiva-se relacionar a forma como a temática da transmissão vertical tem tido aparições na etnografia realizada numa “rede” de jovens soropositivos, mediante a discursos médicos e experienciais, à crítica dos estudos de gênero, que potencializam o debate antropológico acerca do parentesco.

Palavras-chave: Transmissão Vertical; HIV/AIDS; estudos de gênero; tecnologias de saúde reprodutiva

Introdução

É muito difícil falar! Ter que viver a minha vida toda com isso preso, é muito ruim. O HIV é muito ruim. Eu nunca podia ser eu mesma, sempre tinha o HIV por trás de mim. O que me chateia é que todo mundo sabia, mesmo quem eu acabava de conhecer, de um jeito ou de outro, acabava sabendo. Isso me fazia eu me ver diferente. Quando eu fiquei adolescente, eu não podia ser como as

²² Bolsista Capes e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

minhas amigas. Quem iria querer me beijar? Já pensou se eu passasse AIDS para alguém? Ficava com aquela vontade, né, de beijar os meninos, mas e se eles saíssem contando que eu tinha AIDS ou, pior, se eles quisessem transar comigo? Mas o pior de tudo é saber que eu nunca poderei ser mãe. Cresci sabendo disso: eu nunca vou ser uma mulher completa, vou ser sempre aquela garota que todo mundo sente pena porque tem AIDS. (Milena, 19 anos)

A narrativa de Milena foi produzida em um encontro promovido pela “rede” – como é conhecida a Rede de Jovens + (soropositivos) do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, o objetivo do encontro era redimensionar as atividades desenvolvidas para questões pouco privilegiadas²³ nas ações da “rede”, sempre bastante preocupada no “acolhimento”²⁴. Assim, sob a ideia de “(se) informar para viver melhor” o espaço do acolhimento, inicialmente previsto para duas horas de duração, se estendeu por três dias, em diálogo com a programação previamente definida, em nota apresentada.

Antes mesmo que Milena pudesse terminar a sua narrativa, que era entremeada por expressões emotivas, como o choro, foi interrompida por outra. Joana, uma mulher mais velha, aumentou seu tom de voz e disse: “veja isso aqui menina [apontando para o celular, onde exibia a foto dos seus dois filhos], “lindos e saudáveis. São meus!”. Nesta nova narrativa, emotivamente encorajadora, se (re)significava o que era entendido como um “parentesco impensável”.

23 A proposta, dividida em oficinas, dedicava-se a atender questões em torno da recém lançada lei que criminaliza a discriminação para pessoas com HIV/AIDS; uso de atividades físicas na promoção de saúde de pessoas soropositivas; modo como o vírus age no organismo; medicamentos, efeitos colaterais e adesão; sexualidade e reprodução; ativismos e protagonismo juvenil, dentre outros.

24 O acolhimento é realizado mensalmente pelos jovens da rede, em locais públicos e amplos, com datas previamente selecionadas. Neste, os participantes são estimulados a falar, um a um. Embora as falas sejam livres, há maior ênfase para que as narrativas privilegiem (1) questões tidas como “angustiantes” na forma como experienciam cotidianamente a doença, (2) a trajetória desde a desconfiança da contaminação até o momento atual, (3) dificuldades em relação a direitos, políticas públicas e ações de segmentos estatais voltados para a saúde, dentre outras. Há toda uma pedagogia das narrativa e emoções, de modo a serem produzidas segundo o projeto moral da “rede”, segundo um tipo ideal de pessoa soropositiva. Tal questão tem sido atravessada por controvérsias, sobretudo porque se dá em termos de uma política pública instituída pela Organização Mundial da Saúde – OMS. No entanto, esta questão não será discutida neste artigo em virtude do recorte analítico proposto.

O cruzamento da história de Milena e Joana produz nexos entre o exercício da parentalidade, sexualidade e reprodução a partir da manipulação biomédica. Interessa, a partir deste trabalho, apresentar como tal questão pode ser lida numa perspectiva antropológica.

Gênero e a interface com o parentesco: contribuições críticas

A antropóloga Adriana Piscitelli (1998) atenta à relevância que a antropologia atribui ao parentesco, desde a discussão com as chamadas sociedades “primitivas”. No entanto, tal discussão não ficou enveredada de forma restritiva, mas tem sido colocada em perspectivas de “outras” culturas.

O estudo de Marilyn Strathern (2009) sobre o advento da fertilização *in vitro* no Reino Unido reflete mudanças em relação ao domínio do parentesco na antropologia. A forma multidisciplinar em que a discussão estava articulada e os contornos que tais debates emergiam nas pessoas daquele contexto, revelavam que, nomeadamente parentesco ou não, o fenômeno era concebido em torno da noção procriativa.

Este fato recobrou à antropóloga acerca das suposições em que se baseia o parentesco euro-americano, a partir da naturalização da relação biológica. Tal fato contribuiu para a antropologia, enquanto ciência, ao uso de novas ferramentas conceituais e a rejeição da “ingenuidade segundo a qual os ‘outros’ tinham sistemas simbólicos e ‘nós’ conhecíamos a biologia” (Ibid, p. 21). Isto é, compreendendo que nosso sistema cultural é marcado pela valorização das concepções biomédicas, em que se atribui a estas a produção de “verdades” referentes aos domínios da “natureza”.

Nesse sentido, Piscitelli (1998) propõe uma análise de estudo sobre parentesco que incorpore a perspectiva de gênero, como forma de evidenciar questões contemporâneas e que, devemos acrescentar, ponham em xeque noções ocidentalizadas e àquelas pautadas em dicotomias.

Assim, a desnaturalização do parentesco, como questão analítica, teve grande impacto na teoria antropológica em virtude, não só do avanço em relação à dicotomia em torno da relação entre natureza e cultura, mas, sobretudo em favor de uma série de outras questões, enredadas nesta temática, que seriam abertas como campo de estudos.

O conceito de gênero – cunhado nas Ciências Sociais a partir da necessidade de problematizar as dimensões essencialistas e naturalizantes a que o sexo biológico era tratado – e uma série de estudos desenvolvidos a partir deste conceito potencializou as perspectivas analíticas tanto de feministas



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

quanto de antropólogos. Assim, uma série de estudos passou a ser inaugurado, tendo como nexos a articulação em torno destas.

É importante, neste sentido, apresentar o conceito de gênero e suas ressignificações, a partir do seu uso analítico e das críticas que lhe foram estabelecidas. Também é igualmente relevante recobrar alguns estudos sobre parentesco que se valeram dos estudos de gênero, a partir da problematização da temática acerca da Transmissão Vertical para o HIV/AIDS. Tais questões serão feitas a seguir.

Antes mesmo de se cunhar o termo “gênero”, é importante ressaltar o trabalho etnográfico realizado por Margareth Mead na Nova Guiné. Mead (2000 [originalmente escrito em 1930]) por meio da observação acerca do papel da cultura no modo como se constituem o que denominou como temperamentos sexuais, questionou as noções ocidentais acerca do “masculino” e do “feminino”. Entre os Arapesh, os Mundugomor e os Tchambuli, homens e mulheres apresentavam, em cada cultura, modos de se comportar distintos. Noções de “agressividade” e de “passividade” que na cultura ocidental é respectivamente associada ao masculino e ao feminino, nem sempre correspondia entre os povos da Nova Guiné.

Desta forma, na concepção de Mead (Idem) não seriam imperativos biológicos, universalmente estabelecidos, que determinaria modos de comportamento a partir de “papéis sexuais”. Seu estudo acena ao lugar da cultura na variabilidade corpórea e social, moldando-as. Contribuiu, assim, para uma série de outros estudos críticos ao determinismo biológico-corporal.

Voltando ao conceito “gênero”, este foi principiado pelo que se chamou de “estudos da mulher”, numa forma de evidenciar as relações de poder e desigualdade (HEILBORN e SORJ, 1999). Conceitos como dominação, subordinação e opressão eram utilizados para dimensionar diferentes realidades a que estas estavam submetidas.

O conceito de gênero, tal como o entendemos hoje – a saber, como resultado de uma dada realidade social específica, variável segundo contextos distintos – foi produto de intenso debate entre membros do movimento feminista em diálogo com estudos e pesquisadoras de distintas áreas do conhecimento, mas sobretudo das ciências humanas.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Desta forma, podem-se apontar disputas em torno do modo como o conceito de gênero seria caracterizado, segundo diferentes perspectivas e vertentes do feminismo²⁵. No entanto, acordavam-se em desassociá-lo de concepções interpretadas como naturalizantes e deterministas, presentes tanto no pensamento científico, quanto no senso comum. As diferenças entre homens e mulheres, portanto, revelavam-se como decorrentes de processos sociais produtores de diferença e desigualdade, e não como resultado de dimensões anátomo-fisiológicas.

A antropóloga norte-americana Gayle Rubin (1993) no intento de evidenciar, já no último cartel do século XX, a opressão às mulheres demonstrou como o “sistema sexo/gênero” é criado a fim de transformar a mulher num produto da lógica capitalista²⁶. Entendia, assim, que o sistema sexo/gênero é produzido em cada sociedade. Em decorrência a isso, principiou a discussão analítica em torno da desnaturalização de gênero, correspondendo-o a um constructo relacionado a perspectivas históricas, políticas, sociais e econômicas.

Joan Scott (1990) avança em contribuição a discussão em torno do conceito de gênero. Para ela, o termo gênero, ao significar algo, possui uma história. Isto é, se contrapõe, entende-o enquanto uma categoria historicamente produzida, e não como mero resultado de noções deterministas biológicas. Além disso, ao equipará-lo a outras categorias, como raça e classe social, salientou ao modo como “poder” é valorado nas relações sociais que operam entre homens e mulheres.

Judith Butler (2010) vai mais além, e problematiza as noções em torno do sistema sexo/gênero. Ainda que reconheça a relevância desta discussão para o feminismo, questiona o porquê gênero passou a ser visto enquanto culturalmente elaborado, mas o sexo não.

E o que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal? [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero [...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de

25 Para maior apropriação das disputas a que o conceito de gênero foi alvo, ver HEILBORN (1994).

26 Sua crítica se dava em analogia a discussão de Karl Marx no modo como o negro só é transformado em escravo dentro de relações sob aparatos capitalistas.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (Idem, p. 25).

Ao tratar sexo e gênero como não natural, reconhecia que o primeiro é discursivo e cultural, da mesma forma que o primeiro. Para a autora, aceitar sexo como um dado natural, corroboraria na concepção de gênero enquanto uma essência expressiva do sujeito. Ao contrário, a autora marca sua perspectiva epistemológica na desconstrução de sexo e gênero.

Rubin, Scott e Butler, são apenas algumas das muitas autoras que contribuíram para o “estudo de gênero”, como ficou conhecido, por fim. Atualmente, tal questão tem sido problematizada em torno da dimensão de gênero sob perspectiva interseccional (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

De uma forma genérica, os estudos interseccionais têm sido produzidos em torno da articulação de múltiplas formas de diferenciação e desigualdade. Assim, categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, geração, dentre outras são interseccionadas de modo a evidenciar processos relacionados às lógicas do poder de modo mais completo, e não apenas por um único prisma categórico.

Por exemplo: de que modo a vulnerabilidade relacionada ao HIV/AIDS tem sido ressignificada no que se refere à Transmissão vertical para o HIV? De que modo tal conceito tem sido trabalhado em termos de políticas públicas para populações não exclusivamente HSH – homens que fazem sexo com homens (gays, travestis, profissionais do sexo e seus clientes)? Como, por outro lado, mulheres jovens e de camadas populares tem tido acesso a informação sobre prevenção e/ou podem negociar o uso de preservativos em relações afetivo-sexuais conjugais? Tais questões se enveredam não apenas a partir de conceitos únicos, mas que ao serem relacionados potencializam a dimensão analítica dos processos sociais. Ainda que, por ora, não nos debruçemos neste debate é importante assinalar as perspectivas correntes que a questão em torno do gênero tem sido permeada.

Por outro lado, o desenvolvimento do conceito de gênero e sexo abre um leque de possibilidades para se pensar a plasticidade do parentesco. A transmissão vertical para o HIV/AIDS passará a ser lida sob esta perspectiva.

3- Do “parentesco impensável” ao “parentesco possível” e o ideal da indetectabilidade viral

Tornar o debate sobre parentesco numa perspectiva de gênero contribui para pensá-lo desconstrutivamente, isto é, não entendê-lo enquanto uma dimensão natural das experiências sexuais e reprodutivas humanas. Antes, tal perspectiva visa problematizar o modo como o corpo, a sexualidade e os fluidos corporais – sêmen e sangue – são discursivamente elaborados, segundo produções culturais vigentes.

Atualmente, questões em torno da sexualidade e reprodução tem sido mote central de investimentos biomédicos²⁷. Na “rede” tal investimento é coadunado a outro. Assim, são reproduzidos dois tipos de conhecimento: o experiencial, composto por dúvidas ou narrativas bem-sucedidas na convivência com o vírus; e o científico, que tem sido elaborado a partir da fala de uma médica e uma advogada, que atuam “esclarecendo e informando” os jovens, em um encontro mensal específico – o café positivo.

Esses dois tipos de conhecimento têm sido tensionados em busca por legitimidade, ainda que de modo sutil. É comum falas produzidas de valorização “científica”, como “você tem que ver isso com o seu médico. Cuidado ao acessar sites que não são cientificamente reconhecidos, principalmente aqueles que anunciam o fim da AIDS”. Por outro lado, há os que buscam evidenciar o seu modo de compreender a doença frente ao conhecimento científico: “eu sou mais que o HIV, eu sou fulano de tal e comigo tem sido diferente do que o Dr. fala sem ao menos me escutar”. Ambos os casos evidenciam o modo como o “conhecimento” tem sido alvo de disputas em torno da temática comum do HIV/AIDS.

A pesquisa etnográfica, em virtude de ter um público predominantemente homossexual masculino, acaba por enredar os dois tipos de conhecimento em torno desse universo: “o que se tem dúvida é o que deve ser esclarecido!”, menciona um dos participantes. Neste sentido, devido à ínfima quantidade participativa de pessoas heterossexuais, sobretudo mulheres, a temática em torno da maternidade e paternidade soropositiva insurge esporadicamente. Esse dado, por si só, denota o “lugar” a que tal questão tem sido atribuída e, conseqüentemente, tornada relevante enquanto debate

27 Entendemos por biomedicina, toda produção científica em torno de controle, manipulação e cuidados da vida humana.

no espaço da “rede”. Voltemos ao caso de Milena, inicialmente apresentada, e que se dá em contexto semelhante.

Após cerca de dois anos daquela fala inicial, Milena participou de outro encontro, mais politizado e que congregava vários coletivos do movimento HIV/AIDS.

Situação etnográfica

Milena é jovem por transmissão vertical, isto é, foi contaminada por meio do contágio com secreções de sua mãe durante o parto ou amamentação. Desde quando entrou na rede, há cerca de dois anos, “preocupa” outros jovens e profissionais de saúde que a acompanham, devido à baixa adesão ao tratamento. Milena teve uma filha há alguns meses atrás, que nasceu com HIV. Ao expor pela primeira vez essa questão de sua vida em um encontro realizado com diversos coletivos do movimento HIV/AIDS na cidade do Rio de Janeiro, e começar a chorar dizendo que se sentia culpada pelo ocorrido, provocou manifestações distintas no ambiente. Havia os que diziam que ela não tinha culpa, afinal ela também havia sido contaminada por transmissão vertical e por isso não era culpada da própria sorologia. Outros diziam que ela deveria ter evitado e que “um simples comprimido” poderia ter evitado a contaminação do bebê. Até que um dos moderadores do evento, no intuito de amenizar os “ânimos”, disse que ela tinha apenas 50% de culpa, alegando que os profissionais da saúde deveriam tê-la orientado e ajudado melhor. Entre pequenas pausas no seu choro, a jovem diz que não tinha intenção de passar o HIV para seu filho, e que por isso se sentia muito culpada. Em virtude da situação, algumas pessoas se sensibilizam ao seu choro, a abraçando e fazendo demonstrações afetivas que denotavam cuidado para com ela. Logo ela foi retirada da sala, deixando uma sensação de “vazio” e sentimentos de

culpabilização daqueles que julgavam sua história. (cadernos de campo, 2016)²⁸.

Há que se considerar que falar de transmissão vertical para o HIV é falar sobre gênero, sexualidade, corpo e reprodução. Neste sentido, há todo um aparato científico intervencionista voltado para a mulher soropositiva mais que em relação a homens. Por estar privilegiando os dados etnográficos, e na pesquisa só ter encontrado mulheres soropositivas, este será o nosso recorte.

Atualmente, a contaminação do vírus HIV ocorre, sobremaneira, por meio de fluidos corporais, como o sangue e o sêmen. No caso da transmissão vertical, àquela que se dá de mãe para o filho, pode ocorrer na gestação ou durante o parto, este último com maior incidência. Acrescenta-se à esta, a infecção por aleitamento materno, que contém substâncias, como o vírus HIV.

Interessa pensar, a partir desta questão, o modo como tais fluidos são atribuídas de valor no processo da maternidade – compreendido desde o planejamento ao parto. De modo paralelo, serão apontadas as intervenções e manipulações biomédicas em torno destes fluidos, de modo a efetivar um parentesco soropositivo, presentes nos discursos dos interlocutores da pesquisa.

Estudos antropológicos acerca de fluidos corporais, como a menstruação (MANICA, 2011) e processos hormonais, como a testosterona (PRECIADO, 2008) assinalam, numa perspectiva crítica, a desnaturalização de corpos, sexualidade e gênero. Por outro lado, corroboram em problematizar esforços tecnocientíficos (MANICA, RAMIREZ-GÁLVEZ, 2015) de tornar corpos e corporalidades generificáveis, em suas dimensões sexuais e reprodutivas.

Essas pesquisas se constituíram na esteira de estudos críticos produzidos a partir de feixes entre gênero e ciência, que, dentre outras questões, questionavam o modo como discursos científicos reproduziam dicotomias pautadas em concepções fixas e dadas. Emily Martin (1991), por exemplo, analisou textos científicos produzidos nos estados unidos acerca de óvulos e espermatozoides, que culminariam em concepções meramente reprodutivas. Tais discursos científicos embora trabalhassem

28 A questão moral acerca da “culpa” será problematizada em outro momento. Aqui, em relação à discussão proposta, serão apresentados os discursos referentes a contenção da transmissão vertical, relacionado tal temática a outros estudos propostos na perspectiva de gênero.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

com gametas sexuais humanos, acabavam por (re)produziam expectativas sociais acerca da constituição de homens e mulheres.

Voltando a questão da transmissão vertical para o HIV, e nos apropriando da discussão acima, discursos científicos têm operado na produção de “corpos saudáveis”, medicalizados (CONRAD, 1975; 2007). Neste sentido, encontramos nas narrativas, por um lado, o desejo a maternidade como algo “provocado” enquanto algo possível para uma mulher soropositiva. Por outro, identificamos o uso de uma linguagem médica e busca por noções científicas que pudessem garantir a efetivação da gravidez enquanto um direito reprodutivo. Como veremos a seguir, há todo um aparato amplamente difundido e encorajado em que tornam concepções médicas imbuídas de valores sociais.

Um dos primeiros esforços que tem sido instituído como ideal na “rede”, é a carga viral indetectável. Tornar-se indetectável é compreendido como o valor maior da vida soropositiva, limiar a um status soronegativo. Isso significa que o sujeito tem menores chances de desenvolver a doença de AIDS em seu organismo e chances quase zeradas de transmitir o vírus HIV a outrem.

Para obter tal “reconhecimento” pessoal e coletivo, o de serem indetectáveis, pessoas vivendo com HIV/AIDS, periodicamente fazem exames de CD4 e CD8. Esses tipos de linfócitos são alvos de “ataque” do vírus HIV e, por isso, a contagem CD4/CD8 ao ser tornada percentualmente avaliável num comparativo com o quantitativo total de linfócitos, grosso modo, contam como meios avaliativos de desenvolvimento viral no organismo. Os resultados desses linfócitos atrelados ao exame de carga viral do HIV, que mede a quantidade de vírus no organismo, levam a um resultado prognóstico da doença e/ou de eficácia do tratamento de terapia antirretroviral.

Mariana, que é da rede, e tem uma filha de um ano, conta:

Eu sempre quis ser mãe, sempre! Então, estudava como era possível, conversava com a minha infectologista sobre isso e ouvia a história de algumas mulheres que tinham conseguido. Mas tinha medo e tal, porque muitas acabaram contaminando seus filhos. E eu iria me sentir muito triste e até culpada mesmo. Mas hoje eu tenho uma bebezinha linda. [E como foi o seu preparativo, quando decidiu por engravidar?] Olha, primeira coisa foi pegar meus últimos exames de CD4/CD8 e ter certeza de que, como indetectável, as chances eram bem reduzidas, tanto para passar pra bebê

quanto pro meu companheiro que também é soronegativo. Depois fiz um bom acompanhamento no pré-natal, continuei tomando minha medicação²⁹ e procurei saber a melhor forma do parto. Minha bebê nasceu e tomou logo o xaropinho [antirretroviral AZT consumido de forma oral]. Daí fiz exames nela com três meses, depois seis e depois com um aninho de idade, porque sou meio ansiosa e tinha que conferir sempre. E ela ta aí, linda, sem HIV!

Pode-se perceber o modo como o conhecimento científico é, em várias circunstâncias, reificado por Mariana, a fim de efetivar seu projeto de maternidade. Além da carga viral indetectável, a escolha do parto, que foi cesariana, e o uso de medicação antirretroviral nos primeiros instantes de vida do recém-nascido, corroboraram para um “parentesco possível” sem HIV.

Em relação planejamento reprodutivo, ela revela que “existe a história de jogar o esperma na camisinha e de lá ‘blá’”, no caso dela em que se constituía uma relação sorodiscordante/sorodiferente. Ela continua dizendo que “no meu caso foi do método natural mesmo, até porque nunca conheci ninguém que engravidou da outra forma”. Ao final ela admoesta: “Mas repetindo, sempre é necessário ter a CV (carga viral) indetectável para o casal e também o bebê vir com segurança”.

Em um evento político, de militância feminina soropositiva, Mariana teve uma participação para falar de sua experiência como mãe. Após narrar o seu processo de preparação, bastante similar ao concedido na entrevista acima, dimensionou sua fala para a questão do aleitamento materno.

As propagandas na televisão mostram mães tirando os seios para fora, para alimentar seus bebês. Há toda uma ideia de amor ali. Amamentar é amor! Mas comigo é diferente. Eu olho pra minha lindinha, e sussurro dizendo que a mãe não a alimenta no peito por amor, por muito amor. Às vezes sinto que sou uma mãe incompleta, mas aí penso que pelo menos eu sou mãe. Eu a alimento, coloco no meu colo e da mesma forma que outras mães eu a alimento. Então, não dar peito, no meu caso é também um ato de amor, amor à minha filha!

29 Ela esclareceu ainda que na maioria dos casos, como no dela, se a gestante já for reagente ao HIV, e tiver seguindo uma medicação, é necessário a troca para um esquema – composição dos medicamentos antirretrovirais – que seja menos agressivo ao bebê em processo de formação gestacional.

A narrativa de Mariana tem relação com o contexto pesquisado por Alzuguir e Nucci (2015) da “maternidade mamífera”. Em ambos os contextos, a maternidade biológica e a natureza feminina, esta última relacionada ao parto e à amamentação, paradoxalmente contraposta às investidas feministas, tem sido reivindicadas como desejo das mulheres. Assim, gênero é colocado enquanto categoria flutuante, condizente ao efetivo processo de tornar-se mãe. No caso exposto, o aleitamento materno só não ocorre em virtude da possibilidade de transmissão viral para o recém-nascido. O ato de não amamentar foi tornado, em sua fala, um ato político, de amor e vida. Se

Tornar-se indetectável, condição desejável para maior autonomia de uso do corpo, contribui para uma lógica de desconstrução do parentesco. Fluidos corporais, como o sangue, o esperma e leite materno, tornam-se tecnocientificamente manipuláveis e os sujeitos almejantes ao projeto parental, minimamente “infectantes”.

Tal questão acena ao modo como gênero, sexo e parentesco deixam de ser pensando enquanto dimensões naturais da vida humana. Ao tornarem-se objeto de intervenção e manipulação tecnocientífica evidenciam, nesse aspecto, o quanto correspondem a constructos sociais historicamente datados.

Considerações finais

Gênero e parentesco são conceitos que têm sido, em diversas áreas científicas – como nas ciências biológicas e médicas, por exemplo, mas não só nestas – definidos por meio de aspectos biológicos e/ou previamente fixados por uma natureza humana, dada. No entanto, ambos os conceitos, conforme apresentado, revelam-se como construções sociais, inclusive para sociedades em que se utilizam de um idioma científico.

Neste sentido, pensar os modos de controle da transmissão vertical para o HIV, numa perspectiva antropológica, evocou apresentar estudos que contribuíssem para a desnaturalização do parentesco. Agregando a discussão a perspectiva analítica dos estudos de gênero, tal temática dimensionou a nexos relacionados a desconstrução do corpo e seus fluidos, perpassando a questões de gênero e sexualidade.

Como pode ser evidenciado, no contexto social e político do movimento HIV/AIDS, há a produção de conhecimentos científicos e experienciais que são articulados, numa apropriação deste

último pelo primeiro. A linguagem científica torna-se compreensível em favor da produção de projeções, como o desejo a parentalidade soropositiva.

O ideal da indetectabilidade viral – “ser indetectável” – apesar de controverso³⁰ no modo como é apropriado pelos interlocutores, tem sido apontado, em relação à temática discutida, como uma das principais formas de planejamento e direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres que vivem com HIV/AIDS.

O caso de Milena, e a transmissão do vírus HIV para o seu filho, bem como o de Mariana e a questão da amamentação, evidenciam outras tensões e problemáticas. Surgem questões, como: que fatores sociais favorecem ou dificultam a transmissão vertical? De que modo, dados quantitativos de infecções por transmissão vertical impulsionam políticas e práticas de saúde? Como as narrativas positivas e negativas da experiência gestacional soropositiva têm sido politicamente tratadas pelo movimento social e em diálogo com instâncias estatais de saúde? De que modo a noção de indetectabilidade tem sido resignificada no contexto da maternidade, em relação ao pleito de amamentação da prole?

Tais questões insurgem a partir da emergência colocada em situações etnográficas e/ou em contato direto com as interlocutoras, o que recobra à antropologia o diálogo profícuo com a perspectiva crítica dos estudos de gênero na evidência de atores sociais que tornam seus corpos e fluidos como instrumentos generificáveis de politização da vida com HIV/AIDS.

Referências Bibliográficas:

ALZUGUIR, Fernanda Vecchi e NUCCI, Marina. **Maternidade mamífera? concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães.** *Mediações*, Londrina, vol. 20, n.1, p. 217-238, 2015.

30 Dentre as principais controvérsias, pode-se apontar certo “temor” em relação a uso desenfreado do corpo e da sexualidade, visto que por minimizar a transmissibilidade do vírus HIV a chances ínfimas, muitas pessoas poderiam deixar de usar o preservativo, contraindo Infecções Sexualmente Transmissíveis (antigas DSTs) e reinfecção viral por meio de troca de cepas. Tal questão será melhor apresentada, em uma discussão específica.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, vol.26, jan/jun, pp.329-376, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CONRAD, Peter. **The discovery of hyperkinesis: notes on the Medicalization of Deviant Behavior.** *Soc Probl* 1975; 23(1):12-21.

_____. **The medicalization of society. On the transformation of human conditions into treatable disorders.** Baltimore: Johns Hopkins University Press;2007

HEILBORN, Maria Luiza. **De que gênero estamos falando?** In: Sexualidade, Gênero e Sociedade ano 1, n° 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

_____. & SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil.** In: MICELLI, Sérgio et al (orgs). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** Volume 2 – Sociologia. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

MANICA, Daniela. **A desnaturalização da menstruação.** Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p.197-226, 2011.

_____. e RAMIREZ-GALVEZ. **Tecnociência, corpos, gênero e sexualidade.** Mediações, Londrina, vol. 20, n.1, p. 11-47, 2015.

MARTIN, Emily. **The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles.** *Signs: Journal of Women in Culture and Society.* Vol.16, n.3, 1991.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui.** Madrid: Editora Espasa Calpe, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco.** Revista Estudos Feministas, vol 6, n 2, p.305-323, 1998.

_____. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura, vol 11, n.2, jul/dez, pp. 263-274, 2008.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** Recife: Edo SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*, v.16, n.2, jul/dez, 1990.

STRATHERN, Marilyn. **A antropologia e o advento da fertilização *in vitro* no Reino Unido: uma história curta.** *Cadernos Pagu*, vol. 33, n.2, p. 9-55, 2009.